

CARTA DE APRESENTAÇÃO

LUIZ FERNANDO BUZZATO MIRANDA, na qualidade de diretor de controladoria, e **SUELY CRISTINA DA SILVA LIMA**, na qualidade de gerente responsável pela contabilidade da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.113.812/0001-23, com sede na Alameda Europa, 150, bairro Tamboré, CEP 06543-325, município Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, veem pela presente apresentar as demonstrações financeiras semestral divulgadas em sítio eletrônico de acesso gratuito no dia 31 de agosto de 2022, cumprindo assim resolução nº 2 art. 45 no § 3º editada pelo Banco Central do Brasil listadas a seguir:

- Demonstrações financeiras relativas a data base de 30/06/2022;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração de Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração Consolidada dos Recursos da Consórcio;
- Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;
- A Divulga-

ção das Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 31 de Agosto de 2022 nos endereços eletrônicos; embracon.com.br, abac.org.br e bcb.gov.br. • Termo de Responsabilidade da Declaração de Conteúdo.
Por ser declaração da verdade, firmam a presente.

Santana de Parnaíba, 31 de agosto de 2022

Luiz Fernando Buzzato Miranda
Diretor de Controladoria

Suely Cristina da Silva Lima
CRC 1SP155.421/O-1 - Contadora

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO

GUIDO SAVIAN JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, com escritório profissional na Alameda Europa, 150, bairro Tamboré, CEP 06543-325, município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, e **JUAREZ ANTONIO DA SILVA**, brasileiro, casado, com escritório profissional na Alameda Europa, 150, bairro Tamboré, CEP 06543-325, município Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na qualidade de administradores e controladores da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.113.812/0001-23, com sede na Alameda Europa, 150, bairro Tamboré, CEP 06543-325, município Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, veem pela presente **Declarar** que as informações contidas nos documentos de demonstrações financeiras remetidas pelo Documento 9010 são verdadeiras para todos os fins de direi-

to, cumprindo assim a resolução nº 2 art. 45 no § 3º editada pelo Banco Central do Brasil. Por ser declaração da verdade, firmam a presente.

Santana de Parnaíba, 31 de agosto de 2022

EMBRACON ADM. DE CONSÓRCIO LTDA.
p. Guido Savian Junior

EMBRACON ADM. DE CONSÓRCIO LTDA.
p. Juarez Antonio, da Silva

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

Senhores Cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Contábeis da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.** Relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Mercado de Atuação:** A **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.** tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, de bens móveis, imóveis e serviços. Em 30 de junho de 2022 a empresa administrava 228 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 160.599 consorciados e 9.329 bens entregues. **Eventos Societários:** O Capital Social é de R\$ 55.000.000,00 e está representado por 55.000.000 cotas no valor de R\$ 1,00 cada. **Patrimônio Líquido e Resultados:** O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 95.266 milhões em 30 de junho de 2022, apresentando aumento de 15,21% em relação ao R\$ 80.777 milhões em 31 de dezembro de 2021. O lucro líquido apresentado no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 14.518 milhões. **Ativos e Passivos:** O Ativo atingiu R\$ 162.169 milhões em 30 de junho de 2022, em relação aos R\$ 207.139 milhões em 31 de dezembro de 2021. O Passivo Circulante e não circulantes, somados atingiram o montante de R\$ 66.905 milhões em 30 de junho de 2022, em relação aos R\$ 126.361 milhões em 31 de dezembro de 2021. **Auditoria Independente:** A política de atuação da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE**

CONSÓRCIO LTDA., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, informa que no semestre findo em 30 de junho de 2022, não foram prestados pela - auditores independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Contábeis. Ademais, a **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** confirma que a Irmãos Campos auditores independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Contábeis da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** A Administração da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, agradece aos cotistas pela confiança depositada.

BALANÇO PATRIMONIAL Encerrados em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
Ativo circulante		116.984	159.577	Passivo circulante		66.903	126.361
Caixa e equivalentes de caixa	4b; 6	2.386	1.230	Financiamento - Operações de leasing	13	1.472	1.882
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4b; 7	81.786	109.896	Obrigações trabalhistas	14	34.493	25.713
Títulos e valores mobiliários - TVM	4c; 8	1.249	1.279	Encargos sociais	15	6.697	8.842
Outras contas a receber		1.046	245	Impostos e contribuições sobre o lucro	4i; 16	528	-
Taxa de administração a receber		513	297	Impostos e contribuições a recolher	17	4.828	4.886
Impostos a compensar	9	12.255	11.301	Contas a pagar		8.247	4.691
Adiantamentos	10	17.280	18.244	Recursos não procurados	18	4.066	49.511
Despesa do exercício seguinte	4e	75	83	Valores a devolver a consorciados	19	-	7.794
Créditos diversos		155	645	Provisão para contingência	4k; 20	6.572	6.606
Vlrs. a receber - Bloqueio Judicial		239	1.915	Recursos pendentes em cobrança judicial	4j	-	14.443
Direitos por créditos em cobrança judicial	4j	-	14.443	Passivo não circulante		-	1.994
Ativo não circulante		45.185	47.561	Exigível a longo prazo		-	1.994
Realizável a longo prazo		-	-	Contas a pagar	21	-	1.994
Imobilizado	4f; 11	14.971	14.421	Patrimônio líquido		95.266	80.777
Intangível	4g; 12	30.214	33.140	Capital social	22	55.000	55.000
Total do ativo		162.169	207.139	Reserva legal		726	-
				Reserva para contingência		726	-
				Reserva de retenção de lucros		39.270	26.204
				Outros resultados abrangentes		(456)	(426)
				Total do passivo e do patrimônio líquido		162.169	207.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES
Encerrados em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Receitas da intermediação financeira		3.474	1.346
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.474	1.346
Outras receitas (despesas) operacionais		12.878	33.389
Receitas de prestação de serviços	24	280.218	246.031
Despesas com pessoal	25	(138.702)	(111.988)
Despesas administrativas	26	(101.186)	(76.049)
Despesas tributárias	27	(26.784)	(24.880)
Despesas com depreciação e amortização	11;12	(7.436)	(6.124)
Outras receitas operacionais	28	6.768	6.399
Resultado operacional		16.352	34.735
Resultado não operacional		5.224	1.592
Receitas não operacionais diversas		6.704	3.371
Despesas não operacionais diversas		(1.480)	(1.779)
Resultado antes da tributação do lucro		21.576	36.326
Impostos sobre o lucro	16a	(7.058)	(11.810)
Provisão para Imposto de Renda		(5.148)	(8.587)
Provisão para Contribuição Social		(1.910)	(3.224)
Lucro líquido do período		14.518	24.516
Lucro por quota de capital		0,26	0,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
DOS SEMESTRES Encerrados em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/06/2022	30/06/2021
Circulante		3.751.016	3.481.317
Disponibilidades		1.565.738	1.488.358
Depósitos bancários		21.741	7.974
Aplicações financeiras	5a;30	111.488	167.291
Aplicações vinculadas a contemplações	5a;30	1.432.509	1.313.093
Outros créditos		11.617	14.197
Adiantamento de recursos a terceiros		-	-
Bens retomados ou devolvidos	5b	11.054	13.875
Dev. p/Depósito em garantia	5c	562	322
Direitos junto a consorciados contemplados		2.173.662	1.978.762
Normais	5a	2.110.571	1.905.589
Em atraso		35.847	45.028
Em cobrança judicial		27.244	28.145
Compensação	5m	19.039.928	16.718.478
Previsão mensal recursos a receber	5e	105.803	99.295
Contribuições devidas ao grupo		10.022.686	8.833.798
Valor dos bens ou serviços a contemplar	5f	8.911.439	7.785.386
Total do ativo		22.790.944	20.199.795
Passivo/Circulante		3.751.016	3.481.317
Obrigações com consorciados	5g		
Grupos em formação		2.575	41
Recebimentos não identificados		3.938	4.187
Contribuições de consorciados não contemplados		1.234.122	1.085.123
Valores a repassar	5h	184.597	177.907
Obrigações contemplações a entregar	5i	1.432.509	1.313.093
Obrigações com a administradora	5j	280	102
Recursos a devolver a consorciados	5k	728.322	718.587
Recursos do grupo	5l	164.673	182.276
Compensação	5m	19.039.928	16.718.478
Recursos mensais a receber		105.803	99.295
Obrigações do grupo por contribuição		10.022.686	8.833.798
Créditos à disposição consorciado		8.911.439	7.785.386
Total do passivo		22.790.944	20.199.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS SEMESTRES
Encerrados em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021
(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Resultado líquido do período	14.518	24.516
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(30)	111
Outros resultados abrangentes	(30)	111
Resultado abrangente do semestre	14.488	24.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES

Encerrados em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Reserva Legal	Reserva para Contingência	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	55.000	-	35.656	-	(436)	-	-	90.220
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Transação de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	90.220
Ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-	-	111	-	-	111
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	111	-	-	111
Resultado do semestre	-	-	-	24.516	-	-	-	24.516
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(2.500)	-	-	-	-	(2.500)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	24.516	(24.516)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021	55.000	-	57.672	-	(325)	-	-	112.347
Saldos em 31 de dezembro de 2021	55.000	-	26.204	-	(426)	-	-	80.777
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Transação de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	80.777
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência p/reserva de contingência	-	-	(726)	-	-	-	726	-
Transferência para reserva legal	-	-	(726)	-	-	726	-	-
Ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-	-	(30)	-	-	(30)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	14.518	-	-	-	(30)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	14.518
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	14.518	(14.518)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2022	55.000	-	39.270	-	(456)	726	726	95.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES

Encerrados em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Atividades operacionais		
Resultado líquido do período	14.518	24.516
Valores que não afetaram o caixa:		
Depreciação e amortização	7.436	6.124
Provisões e reversões contingências trabalhistas e cível	(34)	(451)
Rendimento líquido das aplicações financeiras	(6.070)	(1.328)
Resultado na baixa do ativo tangível e intangível	615	160
	1.947	4.505
Caixa antes das mutações do capital de giro	16.465	29.021
Redução (aumento) dos ativos circulantes		
Taxa de administração a receber	(216)	412
Outros créditos	(311)	(1.770)
Outros valores e bens	1.693	(8.067)
	1.167	(9.425)
Aumento (redução) dos passivos circulantes		
Obrigações trabalhistas	8.780	4.599
Impostos e contribuições sociais	(2.145)	(2.078)
Impostos e contribuições sobre o lucro	528	2.102
Impostos e contribuições a pagar	(58)	42
Contas a pagar	1.562	(6.067)
Valores a devolver a consorciados	(7.794)	373
Recursos não procurados	(45.445)	5.581
	(44.571)	4.552
Caixa gerado nas atividades operacionais	(26.939)	24.148
Atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(199.470)	(369.018)
Resgate de aplicações financeiras	233.650	351.034
Aquisições do ativo imobilizado	(2.332)	(2.752)
Aquisições do ativo intangível	(3.343)	(2.391)
	28.505	(23.127)
Caixa gerado (aplicado) em atividades de investimentos	28.505	(23.127)
Atividades de financiamentos		
Operações de leasing	(410)	1.589
Lucros distribuídos	-	(2.500)
	(410)	(911)
Caixa aplicado em atividades de financiamentos	(410)	(911)
Caixa aplicado nas atividades no semestre	1.156	110
Variação líquida do caixa e equivalentes	1.156	110
Caixa e equivalentes no início do período	1.230	317
Caixa e equivalentes no final do período	2.386	427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DOS SEMESTRES

Encerrados em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Disponibilidades no início do período	1.515.941	1.169.756
Depósitos bancários	12.481	11.371
Aplicações financeiras	138.314	188.015
Aplicações vinculadas a contemplações	1.365.146	970.370
Recursos coletados	1.294.466	1.074.698
Contribuições aquisição de bens	927.404	749.845
Taxa administração	227.640	173.579
Contribuições fundo de reserva	23.415	19.306
Rend. aplicações financeiras	72.935	12.204
Multas e juros moratórios	5.990	3.876
Prêmios de seguros	6.932	5.650
Outros	30.150	110.238
Recursos utilizados	(1.244.669)	(951.115)
Aquisição de bens	(822.040)	(696.130)
Taxa de administração	(230.448)	(176.043)
Multas e juros moratórios	(2.970)	(1.926)
Prêmios de seguros	(6.790)	(5.739)
Consorticiados desligados - pagamentos	(69.977)	(27.277)
Outros	(112.444)	(44.000)
Disponibilidades no fim do período	1.565.738	1.293.339
Depósitos bancários	21.741	972
Aplicações financeiras	111.488	161.785
Aplicações vinculadas a contemplações	1.432.509	1.130.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

A **Embracon Administradora de Consórcio Ltda.** (Administradora) tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para que sejam aplicáveis à EMBRACON. A Administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela EMBRACON, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de

Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por Ação e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Circulares e Resoluções do Banco Central do Brasil, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis, com exceção da Resolução BCB 120, que trata do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente e Instrução Normativa 187, que revoga a Carta Circular 2.598/05, que trata das despesas com comissão.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2022.

3. Novas normas e resoluções vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022

3.1. Instrução Normativa BCB 187 de 25 de julho de 2021

Com a revogação da Carta Circular nº 2.598 de 27 de novembro de 1995, pela Instrução

continua →

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em Reais)

Normativa BCB 187, de 25 de novembro de 2021, que tratava do reconhecimento das despesas com comissões. A Administração, possui o mesmo entendimento quanto ao efeito da Resolução BCB nº120.

3.2. Resolução BCB 120 de 27 de julho de 2021

A Resolução número 120 de 27 de julho de 2021, com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2022, dispõe sobre o reconhecimento, mensuração e evidência contábil, adotando o regime de competência mensal pelas administradoras de consórcios. Esta resolução estabelece que as administradoras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 47.

A Administradora constatou ainda não possuir solução sistêmica e processos adequados que permitam de forma segura adotar o princípio de competência mensal em substituição ao que vem sendo adotado quanto a taxa de administração dos grupos pelo seu efetivo recebimento de acordo com Parágrafo 2º do Art. 8º CIRCULAR Nº 2381 de 18 de novembro de 1993.

Estas alterações não abrangem as demonstrações de recurso de consórcios e disponibilidades de grupos.

3.3. Resolução BCB 156 de 19 de outubro de 2021

A Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021, entrou em vigor em 01 janeiro de 2022, com isso os valores relativos a recursos não procurados, bem como aqueles correspondentes à aplicação destes recursos e os valores pendentes de recebimento de consorciados inadimplentes, que estavam registrados no ativo e passivo da Administradora no exercício findo em 31 de dezembro do 2021, foram transferidos para as adequadas contas de compensação para o período de 30 de junho de 2022.

Os recursos dos grupos encerrados, registrados na conta de compensação da Administradora em 30 de junho de 2022 apresentam a seguinte composição e saldo:

1º semestre de 2022

Aplicação financeira - recursos de grupos encerrados	50.039
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial (ativo)	11.822
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial (bens apreendidos)	3.442
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial (passivo)	15.264
RNP - recursos não procurados	38.006
Recursos a devolver a consorciados desligados	8.559
Os saldos de 31 de dezembro de 2021, estão registrados nas suas respectivas contas patrimoniais do ativo e do passivo.	

4. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Administradora são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Auração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações financeiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Notas 6 e 7).

c) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

• Os Títulos e Valores Mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001:

• Títulos para negociação: são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

• Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais somente serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. (Nota 8);

• Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles que são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Administradora não possuía títulos classificados nesta categoria no período.

d) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

e) Despesas Antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

f) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Administradora.

Depreciado as taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O aumento do valor contábil, resultante de reavaliação espontânea, foi contabilizado em reserva específica no patrimônio líquido da administradora.

g) Intangível

Representam gastos com sistemas aplicativos de informática e concessão de direitos de grupos de consórcios. O prazo de vida útil estimado para os itens do ativo intangível foi de até 5 anos e para a concessão de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos.

h) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o semestre.

A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes.

j) Valores Pendentes de Recebimento Judicial

Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de

compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução BCB 09, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

l) Resultado Não Recorrente

São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade da administradora ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, não foram identificados resultados não recorrentes.

m) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da Administradora é o Real.

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Circular 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pro rata dia.

b) Bens Apreendidos ou Retomados

Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes.

c) Dev. para Depósito em Garantia

Representam os depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço.

d) Direitos junto a Consorciados Contemplados - Normais

Representamos valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

e) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Registram-se os recursos de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos no mês de julho de 2022. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de junho de 2022.

f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

g) Obrigações com Consorciados

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados - valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

h) Valores a Repassar

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados à Administradora ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações.

i) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

j) Obrigações com a Administradora

Representam o valor de eventuais obrigações do grupo de consórcio com a respectiva administradora.

k) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

l) Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

m) Compensação

Previsão mensal de recursos a receber de consorciados: Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço;

Contribuições devidas ao grupo e suas obrigações de grupo por contribuições: Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

6. Caixa e Equivalentes De Caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa	1	4
Bancos Conta Movimentos	2.385	1.226
Total	2.386	1.230

7. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 30 de junho de 2022, as aplicações estavam atreladas a fundos de investimentos DI, indexados à variação média das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas à Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Certificados de Depósitos Bancários	15.801	15.148
Cotas de Fundos de Investimentos	38.792	25.580
Cotas de Fundos de Renda Fixa	22.779	64.996
Li - Instituição Financeira Ligada	4.414	4.171
Total	81.796	109.896

8. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

	30/06/2022	31/12/2021
Fundo de Ações	1.249	1.279
Total	1.249	1.279
Movimentação do Período: Saldo no Início	1.279	1.137
Aplicação	-	1.962
Rendimento	(30)	108
Resgate	-	(1928)
Saldo no Final do Período	1.249	1.279

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em Reais)

9. Impostos a Compensar

	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ Antecipado	7.031	6.645
CSLL Antecipada	2.109	2.012
Ativo Fiscal Diferido IR	1.665	1.741
Ativo Fiscal Diferido CSLL	599	627
Outros	850	276
Total	12.255	11.301

10. Adiantamentos

	30/06/2022	31/12/2021
Funcionários	1.258	343
Depósitos Judiciais	5.575	5.916
Cartão de Crédito	6.888	6.381
Fornecedores e Outros	1.503	3.578
Cobrança Advogados	453	588
Benefícios	1.602	1.439
Total	17.280	18.244

Os adiantamentos são registrados: a) adiantamento a funcionários, férias, 13º salário; b) adiantamentos efetuados aos grupos de consórcio por recebimento via cartão de crédito da parcela inicial; c) fornecedores em geral para aquisições de bens e serviços.

11. Imobilizado

	Depreciação		30/06/2022		31/12/2021	
	Custo	Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Edificações em Curso	2.267	-	2.267	2.487	-	-
Veículos em Curso	821	-	821	573	-	-
Serviços em Curso	130	-	130	60	-	-
Instalações	4.251	(2.986)	1.265	1.422	-	-
Móveis e Equipamentos de Uso	13.940	(7.024)	6.916	6.147	-	-
Equipamentos Telefônicos	2.500	(2.485)	15	31	-	-
Equipamentos Processamento Dados	17.903	(14.674)	3.229	3.309	-	-
Veículos	929	(601)	328	392	-	-
Total	42.741	(27.770)	14.971	14.421	-	-

1º Semestre de 2022

	Saldos em 31/12/2021				Saldos em 30/06/2022			
	Adições	Baixas	Transf.	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Saldo
Edificações em Curso	2.487	389	(610)	-	2.267	-	-	2.267
Veículos em Curso	573	248	-	-	821	-	-	821
Serviços em Curso	60	70	-	-	130	-	-	130
Instalações	4.254	-	(3)	-	4.251	-	-	4.251
Móveis e Equipamentos de Uso	12.862	1.398	(320)	-	13.940	-	-	13.940
Equipamentos Telefônicos	2.586	-	(86)	-	2.500	-	-	2.500
Equipamentos Processamento Dados	18.030	227	(354)	-	17.903	-	-	17.903
Veículos	929	-	-	-	929	-	-	929
Total	41.781	2.332	(1.373)	-	42.741	-	-	42.741
(-) Depreciações	(27.360)	(1.254)	844	-	(27.770)	-	-	(27.770)
Líquido	14.421	1.078	(529)	-	14.971	-	-	14.971

Prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado são: a) Edificações - 25 anos; b) Instalações - 10 anos; c) Móveis e equipamentos de uso - 10 anos; d) Equipamentos telefônicos - 5 anos; e) Equipamentos processamentos de dados - 5 anos e f) Veículos - 5 anos.

12. Ativo Intangível

	30/06/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Softwares	19.390	(9.026)	10.364	11.209
Concessão de Direitos Grupos Consórcios	28.377	(8.526)	19.851	21.931
Total	47.767	(17.553)	30.214	33.140

1º Semestre de 2022

	Saldo em 31/12/2021		Adições		Baixas		Saldo em 30/06/2022	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2022	Baixas	Saldo em 30/06/2022	Saldo em 30/06/2022	
Softwares	16.200	3.343	(153)	19.390	-	-	19.390	
Concessão de Direitos Grupos Consórcios	28.377	-	-	28.377	-	-	28.377	
(-) Amortizações	(11.438)	(6.181)	66	(17.553)	-	-	(17.553)	
Líquido	33.140	(2.838)	(87)	30.214	(87)	-	30.214	

O prazo de vida útil do software é de até 5 anos e para a concessão de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos.

13. Financiamento - Operação de Leasing

	30/06/2022	31/12/2021
Arrendamento Mercantil	1.691	2.168
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	(219)	(286)
Total	1.472	1.882

14. Obrigações Trabalhistas

	30/06/2022	31/12/2021
Salários e Rescisões a Pagar	7.829	7.180
Provisão de Férias e Encargos	19.337	18.533
Provisão de 13º Sal. e Encargos	7.327	-
Total	34.493	25.713

15. Encargos Sociais

	30/06/2022	31/12/2021
INSS a Pagar	4.513	4.198
FGTS a Pagar	1.041	1.315
IRRF s/Salários	1.102	3.271
Contribuições a Pagar	40	58
Total	6.697	8.842

16. Impostos e Contribuições sobre Lucro

O imposto de renda é calculado com base no lucro real, à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social é calculada à razão de 9%. O saldo da contribuição social sobre o lucro líquido e Imposto de renda pessoa jurídica a pagar no final do 1º semestre findo em 2022 é R\$528.000.

	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ	15.400	45.775
Base Contábil	15.400	45.775
(+) Adições	17.779	46.654
(-) Exclusões	(12.254)	(30.972)
(=) Base para o IRPJ	20.924	61.456
(+) Calculado a 15%	3.139	9.218
(+) Adicional de 10%	2.080	6.122
(=) Total do IRPJ	5.219	15.340
(-) Incentivos Fiscais	(147)	(1.157)
(=) Valor Provisionado	5.072	14.183
(-) Antecipações	(4.696)	(15.249)
(+) Composição de Saldo Negativo do IRPJ	-	1.066
Total	377	-

CSLL

	30/06/2022	31/12/2021
Base Contábil	15.400	45.775
(+) Adições	17.779	46.654
(-) Exclusões	(12.254)	(30.972)
(=) Base para a CSLL	20.924	61.456
(+) Calculado a 9%	1.883	5.531
(=) Total da CSLL	1.883	5.531
(=) Valor Provisionado	1.883	5.531
(-) Antecipações	(1.731)	(5.724)
(+) Composição de Saldo Negativo da CSLL	-	193
Total	152	-
IRPJ/CSLL - A Recolher	377	-
IRPJ	377	-
CSLL	152	-
Total	529	-

a) Demonstrativo da Despesa da CSLL e do IRPJ

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Valores Correntes	(6.956)	(12.089)
IRPJ e CSLL no País	(6.956)	(12.089)
Valores Diferidos	(103)	279
Diferenças Temporárias	(103)	279
Total	(7.059)	(11.810)

17. Impostos e Contribuição a Recolher

	30/06/2022	31/12/2021
IRRF s/Serviços de Terceiros	135	117
Retenção Conforme Lei 10.833/03	121	146
INSS s/Serviços de Autônomos	59	49
ISS s/Serviços Tomados	40	32
COFINS a Pagar	2.514	2.649
PIS a Pagar	544	574
ISS a Pagar	1.415	1.319
Total	4.828	4.886

18. Contas a Pagar

	30/06/2022	31/12/2021
Contas a Pagar - Serviços e Bens	5.390	704
Contas a Pagar - Aquisição de Grupos de Consórcios	2.857	3.987
Total Contas a Pagar - Circulante	8.247	4.691
Contas a Pagar - Aquisição de Grupos de Consórcios	-	1.994
Total Contas a Pagar - Não Circulante	-	1.994

19. Recursos não Procurados

Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores à Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores à mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208. Recursos Não Procurados Totais para o período de 30 de junho de 2022 equivale a R\$ 24.066, tais valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen, os saldos de 30 de junho de 2022 estão demonstrados na nota explicativa nº 3.3. O montante atual em junho de 2022 é de R\$ 4.066 mil (R\$ 49.511 mil em 31 de dezembro de 2021).

20. Valores a Devolver a Consorciados

Estão representados por valor recebido e ainda não repassado a terceiros pelo grupo relativo a: taxa de administração; prêmios de seguro; multas e juros moratórios; custas judiciais; despesas de registro de contratos de garantia; multa rescisória e outros recursos. Reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208, os saldos foram reclassificados para contas de compensação da administradora em janeiro de 2022 e estão demonstrados na nota explicativa nº 3.3 (R\$ 7.794 mil em 31 de dezembro de 2021).

21. Provisões

Passivos contingentes prováveis: As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões constituídas são as seguintes:

	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhista	5.969	6.120
Cível	603	486
Total	6.572	6.606

Passivos contingentes possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos com risco de perda possíveis montam o valor de R\$ 6.269 mil (30/06/2022) e R\$ 6.058 mil (31/12/2021). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

22. Patrimônio Líquido

Capital Social: O capital social é de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) e está representado por 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) cotas no valor de R\$ 1,00 cada.

Reserva Legal: A empresa optou por realizar a reserva de 5% do lucro do semestre de acordo com a Resolução 66 que resultou o valor R\$726.000, até atingir o percentual de 20% do Capital Social, conforme a Lei 6404/76, Art. 193.

Reserva de Contingência: A empresa optou por realizar a reserva de 5% do lucro do semestre de acordo com a Resolução 66 que resultou o valor R\$726.000, até atingir o percentual de 20% do Capital Social, conforme a Lei 6404/76, Art. 195.

Outros Resultados Abrangentes: Refere-se a títulos aplicados em fundos de investimentos, conforme Nota 3c, sendo reajustado mensalmente a débito ou a crédito no patrimônio líquido conforme resultado apresentado, só serão reconhecidas no resultado do exercício quando de sua realização.

23. Partes Relacionadas

A Administradora possui operação com partes relacionadas relativo à contratação de locação do imóvel sede, sendo o locador a empresa Embrafisa Consultoria Empresarial Corretora de Seguros e Empreendimentos Imobiliários Ltda. E a locatária a Embracon. O contrato de locação possui vigência de 12 meses, com renovação automática conforme aditivo, sendo as parcelas reajustadas pelo IPCA. As empresas Embracon e Embrafisa possuem os mesmos administradores.

24. Receitas de Prestação de Serviços

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Taxa Administração	277.280	244.043
Multa e Juros	2.857	1.898
Outras	81	89
Total	280.218	246.031

25. Despesas com Pessoal

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Pessoal - Benefícios	(15.088)	(11.489)
Pessoal - Encargos Sociais	(30.121)	(25.369)
Pessoal - Proventos	(93.433)	(75.041)
Pessoal - Treinamento	(59)	(88)
Total	(138.702)	(111.988)

continua ☆

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em Reais)

26. Despesas Administrativas

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Aluguéis	(9.523)	(8.258)
Comunicações	(1.682)	(1.782)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.061)	(2.587)
Processamento de Dados	(6.792)	(4.252)
Propaganda e Publicidade	(13.592)	(5.915)
Serviços de Vigilância e Segurança	(2.705)	(2.249)
Serviços Técnicos Especializados	(50.081)	(40.221)
Viagens no País	(2.219)	(177)
Provisões Operacionais	(3.171)	(2.857)
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.561)	(1.230)
Despesas de Arrendamento de Bens	(67)	(31)
Despesas Contr. Filantrópicas	(43)	(70)
Despesas de Material	(873)	(487)
Despesas de Prom./Rel. Públicas	(237)	(138)
Despesas de Seguros	(80)	(77)
Despesas Serviços Sist. Financeiro	(571)	(491)
Despesas de Serviços de Terceiros	(176)	(57)
Despesas de Transporte	(12)	(10)
Outras Administrativas	(2.838)	(2.347)
Outras Despesas Operacionais	(2.901)	(2.815)
Total	(101.186)	(76.049)

27. Despesas Tributárias

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Despesas de COFINS	(16.055)	(15.379)
Despesas de PIS	(3.474)	(3.334)
Despesas de ISS	(6.225)	(5.275)
Outras Despesas Tributárias	(1.029)	(891)
Total	(26.784)	(24.880)

28. Outras Receitas Operacionais

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Outras Receitas Operacionais	6.768	6.399
Total	6.768	6.399

São registrados neste grupo de contas as receitas originárias de prestação de serviços técnicos

de administração de grupos de consórcio, além das taxas de recursos não procurados e reversões de provisão de comissões e serviços.

29. Operações do Consórcio

As operações de consórcio em 30 de junho de 2022 apresentam a seguinte posição:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Quant. de Grupos em Andamento	228	242
Quant. de Consorciados Ativos	160.599	171.384
Quant. de Bens Entregues no Exercício	9.329	7.791
Quant. de Bens Entregues, Acumulado	70.495	82.130
Bens Pendentes de Entrega Acima de 30 Dias	16.008	17.055
Consorciados Desistentes e Excluídos no Exercício	22.455	21.768
Consorciados Desistentes e Excluídos, Acumulado	357.217	403.006
Taxa Média de Inadimplência	3,39%	5,65%

30. Aplicações Financeiras Líquidas - Grupos de Consórcio

	30/06/2022	30/06/2021
Cotas de Fundos de Invest. não Vinculados à Contemplação	111.488	167.291
Cotas de Fundos de Invest. Vinculados à Contemplação	1.432.509	1.313.093
Total	1.543.997	1.480.384

31. Outras Informações

Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados.

• Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

• Potenciais Implicações Contábeis da COVID-19 (Coronavírus)

A Administradora manteve no semestre de 2022 as orientações dos agentes de saúde sobre a pandemia da COVID-19, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os colaboradores que prestam serviços à Administradora, adotaram o trabalho híbrido.

Mesmo com a queda do estado de emergência pública e flexibilização das medidas de distanciamento, os índices de contaminação e a gravidade dos casos continuam em acompanhamento pela Administração até que haja maior segurança técnica quanto ao impacto da doença em nível global.

32. Eventos Subsequentes

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações contábeis.

DIRETORIA

Guido Savian Júnior - Sócio-Diretor

CONTADORA

Suely Cristina da Silva Lima - CRC 1SP155.421/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmo. Srs.

Diretores e Acionistas da

EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

Santana de Parnaíba - SP

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** (Administradora) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Conforme nota explicativa 3.2, a Administradora não procedeu com a adoção às práticas contábeis, relacionadas a Resolução BCB nº 120, que trata do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, por não possuir condições seguras do reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência das receitas e o resultado do período. Consequentemente, pela ausência de um sistema de software adequado às alterações, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos relevantes nos saldos do balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 que possam ter afetado ativos e passivos circulantes e o do resultado do semestre, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Estas alterações não abrangem as demonstrações de recurso de consórcios e disponibilidades de grupos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida a suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

• Principais Assuntos da Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre findo. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.
- Cumprimento dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil (Circular BACEN nº 3.524, de 03 de fevereiro de 2011).

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao semestre anterior, relativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, foram examinados por outra firma de auditoria, sendo o relatório dos auditores independentes datado em 25 de março de 2022, sem ressalva.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional;
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

Irmãos Campos & Cerboncini

Audítores Associados

CRC 2 SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini

Sócio Contador - CRC 1 SP 079.347/O-3